

Uma geografia literária do Brasil: a escrita do espaço nacional na Primeira República

Luciana Murari*

RESUMO:

Este artigo analisa a representação do espaço brasileiro pela literatura da Primeira República (1889-1930), a partir da leitura de obras publicadas entre 1896 e 1925, buscando compreender a forma como as diversas regiões do país foram apropriadas cognitivamente e simbolicamente. O artigo defende que a produção literária regionalista possuía um elevado sentido de espacialidade, dimensão tematizada de acordo com significados complexos que demonstram seu caráter plástico, subjetivo e dinâmico.

Palavras-chave: Espacialidade. Nacionalismo. Literatura brasileira. Regionalismo literário.

Se houvesse um grande órgão literário, lido em todo o país e no qual se publicassem “anúncios de letras”, como nos jornais cotidianos, poder-se-ia pôr nele o seguinte pedido: “Precisam-se escritores, para contar e descrever os costumes característicos das várias regiões do Brasil”.

Medeiros e Albuquerque, 1917¹

O espaço é, sem dúvida, uma dimensão central para a constituição da nacionalidade moderna. Em geral, ele é assimilado à noção de território, visto como um dado apriorístico, um conjunto de condições tidas como potencialidades objetivas a partir das quais é possível criar riquezas, alimentar a imaginação artística ou conceber pretensas correspondências entre natureza e vida social. Estes são temas clássicos da reflexão sobre a relação entre espaço e nacionalidade. Neste texto, procuramos expandir esta perspectiva ao abordar a literatura brasileira da República Velha como participante de um processo de assimilação da esfera espacial à cultura brasileira, tornando-a objeto de elaboração estética e de conceptualização intelectual. Buscaremos, para tal, aportes teóricos capazes de abrigar a literatura como um dos discursos sociais participantes deste processo, e analisaremos obras expressivas da representação de diferentes regiões brasileiras na primeira época republicana.

Neste sentido, abrimos mão da perspectiva tradicional e partimos de concepções hauridas do conhecimento geográfico contemporâneo que em muito extrapolam esta perspectiva, de forma que espaço (como entidade abstrata) e território (o espaço assimilado a um corpo social) serão, aqui, dimensões comunicantes. Tentaremos, assim, superar a definição estritamente geopolítica de territorialidade, que a vincula, frequentemente de forma exclusivista, à atuação do Estado como sujeito ativo e dos intelectuais como colaboradores dele, ou, ao menos, como participantes da difusão de um discurso agregador em torno da identidade nacional. Em lugar disto, buscaremos considerar a diversidade de perspectivas adotadas no processo de apropriação do espaço, salientando as múltiplas possibilidades de recriá-lo literariamente.

Um ponto de partida para a compreensão do paradigma hermenêutico convencionalmente adotado para a abordagem das questões relativas a espaço e território pode ser a constituição do modelo epistemológico das ciências humanas e sociais. Decerto, uma das operações características da formação do moderno conhecimento científico foi uma definição excludente dos campos da história e

da geografia, de forma que as dimensões do tempo e do espaço estabeleceram-se como polos opostos na produção do saber: um dinâmico, o outro estático, um construído, o outro dado *a priori*, um ativo, o outro passivo. Isso colocou a geografia em uma posição ambígua, um conhecimento de essência interdisciplinar, tanto parte das ciências naturais quanto das sociais. A história a adotava como uma “ciência auxiliar”, já que o espaço e o tempo foram assumidos pelos historiadores como premissas de sua área de conhecimento. Posteriormente, divididos entre estas duas esferas, a maior parte dos historiadores optou pelo tempo, sem se deter muito na justificativa teórica de tal escolha. Assim, pouco se falou da relação entre espaço e história (KOSELLECK, 2001).

Ao tratar desta questão, Michel Foucault denunciou o vazio conceitual que turvava a percepção da espacialidade como dimensão basilar da vida social. Em “Sobre a geografia” (1996), ele observou que, na modernidade, o espaço foi desvestido de qualquer poder explicativo, à medida que foi reduzido à condição de “resíduo” do tempo, sendo que este último concentrava o poder de explicar a história, lida como uma sucessão linear de eventos. Tornava-se necessário, para Foucault, rever esta dualidade e reconhecer a natureza dinâmica do espaço, que não deveria ser visto como a-histórico ou anti-histórico, nem como um pressuposto do estudo das transformações da vida social ou um resultado passivo delas.

A reflexão sobre as nações modernas foi marcada por este modelo dualista de tempo e espaço, que supunha um território estático e preexistente, abordado frequentemente do ponto de vista de sua conquista, povoamento e uso de recursos, ou seja, de sua manipulação pelas forças transformadoras da história. Ao mesmo tempo, a instituição das nacionalidades como unidades político-administrativas de referência e como credoras da lealdade superior dos cidadãos dependia da fixação de áreas de abrangência cercadas por fronteiras externas que excluía alteridades, de forma que cada sociedade passou a corresponder a um espaço físico determinado. A história, por sua vez, era lida a partir dos processos de transformação temporal observados em esferas fixas de referência, as nacionalidades, campos de vigência de uma identidade que tinha, como um de seus alicerces, a identificação de um povo com o território nacional que “continha” uma identidade acabada (MASSEY, 2009). As literaturas nacionais participaram de várias maneiras da difusão de uma consciência do espaço nacional, construindo representações de um território vivido e imaginado.

Em seu *Cultura e imperialismo* (1995), Edward Said chamou a atenção para o quanto a dimensão espacial da narrativa foi preterida em relação à dimensão temporal, o que perturbou, em sua leitura, a percepção da centralidade da ideia do Império na literatura inglesa. Para ele, a criação de imagens espaciais naquele contexto configurou um verdadeiro campo de disputas, a ser lido através da linguagem e da temática literárias, já que a organização das informações necessárias à constituição do enredo envolveu, necessariamente, componentes que delimitavam os universos de referência nos quais a narrativa se desenvolvia. Por isto, uma compreensão ampliada da história da cultura depende de aliar as perspectivas do tempo e do espaço, o que se aplica, também, à crítica literária (1995).

Algumas elaborações teóricas relativamente recentes têm fornecido aportes renovadores neste sentido. O próprio Foucault, por exemplo, define o espaço como em constante processo, sempre submetido a novas formas de conceituação e de demarcação, abrigando múltiplos conflitos de poder e contendo em si próprio as tensões específicas características da formação, da imposição e do exercício da autoridade, em suas diversas manifestações. O espaço é construído, portanto, e não dado, é um campo dinâmico, e não de acomodação, uma intercessão de forças e não um cenário para a história (1996).

A proposta de Foucault encontra ressonância na visão de Doreen Massey, que compreende o espaço como uma esfera heterogênea por natureza, constituída pelas distintas trajetórias que nela se cruzam, e que não podem ser reduzidas a uma única identidade previamente consagrada. Assim, a autora valoriza seu aspecto relacional e a instabilidade das convergências e divergências que ele promove, dissolvendo sua imagem de integridade, fixidez e bidimensionalidade (MASSEY, 2009).

Em sua proposta, a geografia deve ser tão aberta e interacional quanto a história, uma vez que novas trajetórias no espaço sempre podem ser descritas, criando novos potenciais de conexão entre elas. O espaço é, assim, produto de múltiplas relações dentro de um sistema que não pode ser tido como hermético e cerrado em suas fronteiras; tampouco é apenas um recipiente de identidades coerentes e fixas. Estas ideias convergem com a percepção de Raffestin, para quem é a história que faz a geografia, e não o contrário – embora esta lógica não nos seja familiar (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Em consonância com tais perspectivas teóricas, acrescentamos, ainda, alguns conceitos desenvolvidos pela sociologia marxista de Henri Lefebvre, e que podem ser utilizados para compreender a noção de construção literária do espaço aqui desenvolvida. Para Lefebvre, mais decisivo que pensar o espaço físico é pensar o espaço social como um construto histórico que permite a uma dada coletividade estabelecer as relações que compõem sua experiência coletiva. Este processo é realizado, segundo o autor, de acordo com três dimensões: o “percebido”, relativo às práticas de exploração e de controle do território, e que se configura a partir da intervenção sobre ele como espaço produtivo; o “concebido”, relativo à forma como o espaço é assimilado intelectualmente, compreendido, e assim organizado e transformado; e a dimensão do “vivido”, que diz respeito às práticas descritivas e aos aspectos mais abstratos da vida social, em particular a arte, que dá vazão ao imaginário e ao simbólico. Estas dimensões formam campos da experiência que se entrecruzam (LEFEBVRE, 1991).

Ao buscar na literatura processos de apropriação do espaço nacional, transitaremos, na linguagem de Lefebvre, entre o “concebido” e o “vivido”. Isto porque, do ponto de vista do primeiro, compreendemos a literatura brasileira da República Velha em sua inclinação documental, seu desejo de dar a conhecer o Brasil aos brasileiros, ou seja, de ser fonte de um saber social; do ponto de vista do segundo, a ficcionalidade, a imaginação e o metafórico permitem que a construção do espaço assuma os sentidos poéticos e estéticos que participam de sua assimilação pela cultura.

As obras aqui analisadas pertencem ao programa regionalista brasileiro do período anterior ao romance de 30. Atente-se para o fato de que não existe, neste contexto, qualquer contradição entre nacionalismo e regionalismo, pelo contrário: a tematização das realidades regionais era tida como a expressão por excelência do nativismo em literatura. Portanto, tomaremos como referências obras dotadas de um intenso sentido de espacialidade, e que assim participam da incorporação do interior brasileiro à cultura do país. São elas: *Sertão* (1896), de Coelho Neto; *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha; *Sombras n'água* (1913), de Alberto Rangel; *Tropas e boiadas* (1917), de Hugo de Carvalho Ramos e *No galpão* (1925), de Darcy Azambuja. Buscamos observar em que medida estas obras elaboram representações capazes de problematizar a pretensa objetividade do espaço, sua natureza tida como estática e apriorística, demonstrando sua complexidade conceitual e sua força no imaginário.

O sertão, espaço sem lugar

Em estudo sobre a obra de Coelho Neto, Brito Broca observou a ausência, nos livros regionalistas do escritor, de qualquer referência geográfica específica que permitisse identificar o cenário das narrativas. Nas palavras do crítico, os “contos do *Sertão* e *Banzo*, por exemplo, ninguém poderá saber onde se desenrolam: falta-lhes de todo cor local” (BROCA, 1958, p. 16). Embora este aspecto não caracterize toda a obra regional de Coelho Neto, chama a atenção, nos dois livros citados, a inserção dos contos em um único sentido de espaço, o *sertão*. De fato, uma das expressões mais comumente associadas à definição do gênero literário regionalista era o registro da “cor local”, o que fazia com que a escrita de Coelho Neto parecesse paradoxal em termos programáticos. Alternativamente, podemos argumentar que a renúncia ao exclusivismo da dimensão documental realista pode demonstrar que a literatura regional foi capaz de extrapolar a visão etnográfica a que tantas vezes foi reduzida e, logo,

ultrapassar o que seria a folclorização de homens, práticas e cenários pitorescos – uma das objeções mais comuns feitas ao gênero.

Os contos reunidos em *Sertão* (1896), uma das primeiras obras do regionalismo realista no Brasil, criam um espaço imaginário que corresponde a um abstrato “interior” do país.² As narrativas enraízam-se indubitavelmente na cultura brasileira, sobretudo pelas alusões à religiosidade popular católica de origem portuguesa, à presença dos escravos negros, a figuras míticas de origem indígena como a iara e o caçapora e, notadamente, por meio de detalhes próprios à cultura material e à história do país. Ao mesmo tempo, os topônimos citados no texto não permitem precisar qualquer lugar específico dentro do Brasil: “colina da Ventania”, “cidade de C.”, “Itamina”, “Estrada de Santa Cruz”, “Riachão da Penitência”, “Curral Novo”.

Assim, ainda que não seja possível negar a natureza regionalista desta coletânea, já que em seu tempo esta se confundia com a noção de “nativismo”, não há, de fato, qualquer referência propriamente *regional* em seus contos, porque a ideia de “região” a que se referem remete unicamente a um simbólico “sertão”. Este é um espaço sem lugar, povoado de significados que as narrativas reunidas exploram no limite do melodramático, do patético e do imaginoso. O cenário dos contos de Coelho Neto não é construído primariamente a partir de sua visualidade, mas de uma série coerente de temas reiterativos: superstição, religiosidade, doença, morte, irracionalidade, memória, barbárie, natureza, sensualismo, instintividade, violência, ruína, escuridão. O escritor manipula, neste sentido, as dualidades básicas que, como observou Anne-Marie Thiesse, constituem a perspectiva regionalista a partir de sua contraposição ao paradigma da modernidade, construído sob o domínio das luzes da razão, da civilização, da história, da vitória do homem sobre a natureza (2010).

Torna-se possível, neste sentido, conceber este espaço metafórico como uma evocação da memória coletiva e das práticas narrativas que a contêm e transmitem. Um dos personagens emblemáticos da coletânea é o companheiro das férias do narrador, o velho Firmo, um vaqueiro saudosista, contador de histórias e conhecedor das lendas do sertão, emblemático porta-voz da tradição que se alimentava das saudades de sua juventude:

O que ele sabia de histórias! e como as contava fazendo a voz enternecida e meiga para imitar as princesas que imploravam ou arremetendo com um vozeirão terrível para que eu tivesse a impressão exata do bradar horrível dos gigantes antropófagos. E não só histórias dos livros, outras sabia que eu jamais em letras vira: a que descrevia a iara branca seduzindo o remador do Itapicuru e o conto do surupira, com que no bom tempo faziam cessar a minha impertinência. Algumas eram inventadas por ele, diziam; outras o velho Firmo, vaqueano e andejo, aprendera por esses sertões de Deus por onde caminhara (COELHO NETO, 1896, p. 151-152).

Assim, ao deixar aberta a referência espacial, o escritor multiplica as possibilidades de identificação do leitor com seu próprio legado narrativo, um legado que, desprovido dos referentes regionais específicos, permite identificar uma raiz brasileira comum, incorporada, exemplarmente, pelas lendas indígenas, pelas histórias dos horrores da escravidão e pelas narrativas da vida dos pobres nos bairros rurais. Desta forma, movendo-se no universo bárbaro do sertão, místico e violento, encontramos figuras ancestrais que, como Firmo, o velho contador de histórias, encarnam as origens simbólicas da nacionalidade brasileira, sobrevivendo como espectros de um passado que se distanciava: a septuagenária “feiticeira” goitacás, última sobrevivente de sua aldeia (“O enterro”), a ama de leite do herdeiro branco (“A tapera”), a caridosa curandeira e parteira (“Os velhos”).

A imaginação do espaço sertanejo na obra de Coelho Neto foi, de fato, marcada por tais referências à tradição popular. Em sua entrevista ao *Momento Literário*, de João do Rio, o escritor afirma que

sua formação não se baseou tanto em livros quanto nas pessoas que alimentaram sua imaginação com: “[...] as histórias, as lendas, os contos ouvidos em criança, histórias de negros cheias de pavores, lendas de caboclos palpitando encantamentos, contos de homens brancos, a fantasia do sol, o perfume das florestas, o sonho do civilizado” (RIO, 1994/1907, p. 19). No entanto, este universo legendário do sertão imaginado por Coelho Neto assume a forma da cultura livresca; em particular, dentre as referências citadas pelo escritor, os dramas shakespearianos – que revivem nos fantasmas vingativos da mãe escrava de “Praga” e da árvore humanizada de “A tapera” – e, sobretudo, *As mil e uma noites*. Apesar de seu fundo e sua linguagem realista, os contos de *Sertão* incorporam uma mistificação das origens brasileiras que, de fato, demonstra a assimilação deste Brasil interior ao Oriente.

A “mania de orientalismo” de Coelho Neto³ transpareceria em seus contos sertanejos, temperados por um olhar exotizante em direção aos cenários (“evolava-se do sítio um cheiro místico de incenso e mirra”, p. 11), à natureza (“a venerável floresta virgem das primeiras eras, tempo agosto das tribos”, p. 93), à figura feminina (“com sua cor ardente de canela, com suas tranças negras e luzidias, os seus grandes olhos cheios de quebranto”, p. 165). O sertão orientalizado do escritor maranhense, antípoda da racionalidade científica das elites modernizadas, foi criado, assim como o Oriente em relação ao Ocidente na visão de Edward Said, como “sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste” (SAID, 1990, p. 14). Como o orientalismo de Said, o interior místico de Coelho Neto era um campo de negociação, neste caso com o arcaísmo da história brasileira – a escravidão negra, o extermínio indígena, a marginalização do mestiço pobre, a permanência dos cenários anacrônicos que demonstravam a frustração dos projetos redentores de racionalização produtiva.

O convívio com este arcaísmo não é e não poderia ser pacífico e, assim, duas ordens de sentido presidem as narrativas de *Sertão*, constituindo olhares opostos em direção ao universo do narrado. A primeira delas, responsável pelos melhores momentos do livro, assume o olhar assombrado do sertanejo em face do mundo mágico e terrível em que ele se move. É o caso do fecho do conto “Firmo, o vaqueiro”, escrito em primeira pessoa, em que o narrador, homem culto e urbanizado, mas leal ao universo dos valores interioranos, escuta o lamento dos bois: “chorando o companheiro é que eles estavam, os grandes bois que pressentem todas as desgraças e que veem a Morte passar, à noite, com a foice de rastro, através das campinas” (COELHO NETO, 1896, p. 159). Em outros momentos, o escritor adota a perspectiva racionalizadora que dissolve este mundo mágico ao traduzi-lo, na perspectiva do narrador culto, como delírio febril, sonho, ou superstição. Nestes momentos, as sugestões lendárias são imediatamente significadas como expressão de uma crença popular a ser anotada: “A gente simples de Itamina respeitava e temia a velha Teçaí, uns pelas suas pragas e malefícios, outros pelo terror da lenda que se criara em torno de seu nome” (COELHO NETO, 1896, p. 83).

Em que pese o apelo ao realismo e à objetividade na observação da cultura interiorana, não se dissolve a força simbólica do sertão nos primeiros contos regionalistas de Coelho Neto. Ao despojar o espaço sertanejo de um lugar, torna-se possível ao escritor assimilá-lo como um universo de significados capazes de definir uma *condição*, brasileira por excelência, formada pelo que seria a confluência e a intercessão de povos primitivos em um território ainda indomado, delineando os percursos trágicos e aterradores de homens vitimados pela natureza, pela doença, pelas paixões ou pela violência. A busca de conversão deste universo a uma racionalidade tranquilizadora apenas explicita a dificuldade de traduzi-lo em termos da lógica do controle, da conquista e do ordenamento do mundo que preside os projetos de modernização subjacentes a esta busca de revelação de nossas realidades “bárbaras”. Desde a publicação da coletânea de Coelho Neto, o sertão sem lugar ganhou muitas outras expressões na cultura brasileira, algumas delas incorporadas ao imaginário do país como emblema da identidade nacional e, ao mesmo tempo, de um seu “Outro” interno, a marca indelével de uma origem que se quer distante, mas que nos é penosamente familiar.

Os sertões, espaço em negativo

De modo estrito, os *sertões* de Euclides da Cunha não correspondem, em termos geográficos, ao *sertão* de Coelho Neto. Enquanto os contos deste último têm como ambientes privilegiados as fazendas, a “roça” e as matas características do centro-sul do país, o primeiro descreve um território específico, o interior agreste da Bahia, palco da Guerra de Canudos. No entanto, os cenários descritos por ambos os escritores adquirem uma conotação ideológica similar na “Nota Preliminar” de *Os sertões*, em que se lê: “o *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo e o *caipira* simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas” (CUNHA, 1985/1902, p. 85). Logo, o nordeste semiárido, descrito por Euclides da Cunha, é um caso particular dentro da realidade ampla do interior brasileiro – toda ela anacrônica e, portanto, condenada ao desaparecimento. Esta condição de destruição iminente permite aproximar o sertão singular em torno de Canudos aos sertões plurais que, ao fim e ao cabo, são a melhor tradução do problema nacional brasileiro, que pode ser definido a partir da ausência de um princípio unificador capaz de permitir a totalização da realidade do país: “Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba a unidade nacional” (CUNHA, 1985/1902, p. 496).⁴

Como o escritor afirma nesta mesma nota, o cenário da Guerra é um exemplo extremo da condição de alienação do país em relação a si próprio, mantendo-se insulado em relação à nação “oficial”, o ainda incipiente Brasil moderno e urbanizado: “mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo” (CUNHA, 1985/1902, p. 86). A distância que se interpõe entre o “sertão” e o dito “litoral” é, no entanto, tanto cognitiva quanto geográfica e temporal: é impossível assimilar aquilo que não somos capazes de compreender. A ideia de que uma lacuna intelectual impede o acesso racional ao território pode ser considerada o eixo que organiza sua descrição n’*Os sertões*: estranho, esquecido, sinistro, inóspito, obscuro, melancólico, atormentado, torturado, desnudo, incipiente, monótono – em suma, vazio de sentido. Adjetivos como estes se multiplicam em uma escrita descritiva curiosamente dinâmica que, incapaz de se apropriar intelectualmente do espaço, ou seja, de desvendá-lo cientificamente, apela à imaginação e se exacerba em metáforas e analogias que convergem para a imaginação de um espaço em negativo.

A descrição do cenário da guerra constrói-se inicialmente pelo contraste entre as dramáticas imagens de força e beleza que acompanham a descrição da Serra Geral e o repentino ponto em que o observador seria obrigado a estacar ante um território representado nos mapas como “um claro expressivo, um hiato, *Terra ignota*” (CUNHA, 1985/1902, p. 96). Sua estranheza parecia ter repellido os cientistas tanto quanto as ondas de povoamento, de modo que faltavam informações as mais fundamentais sobre o lugar. Por isto, tornava-se impossível a decifração dos elementos de sua geografia em suas influências recíprocas. Ademais, a incursão do escritor ao cenário da Guerra carecia, segundo ele, de instrumentos científicos confiáveis, necessários à coleta de dados. E, acrescenta ele, faltava também, naquela conjuntura específica de comoção nacional, a serenidade de espírito necessária à produção de conhecimento. Na ausência destas condições, a escrita do espaço do sertão assume traços mais sugestivos que concretos, mais dramáticos que descritivos.

A representação da Serra de Monte Santo, por exemplo, multiplica sugestões imaginativas que, antes de permitirem visualizar o território, tratam de declarar sua excepcionalidade: vemos aí “um rio sem afluentes” e também “sem nascentes”, cujos tributários, meros “canais de esgotamento”, são “rios que sobem” e “estão, não raro, em desarmonia com as disposições orográficas gerais”. Esta condição de estranheza transfere-se para todo o cenário local:

Vimos como a natureza, em roda, lhe imita o regime brutal – calcando-o em terreno agro, sem os cenários opulentos das serras e dos tabuleiros ou dos

sem-fins das chapadas – mas feito um misto em que tais disposições naturais se baralham, em confusão pasmosa: planícies que de perto revelam séries de cômoros, retalhados de algares; morros que o contraste das várzeas faz de grande altura e estão poucas dezenas de metros sobre o solo, e tabuleiros que em sendo percorridos mostram a acidentação caótica de boqueirões escancelados e brutos. Nada mais dos belos efeitos das denudações lentas, no remodelar os pendores, no despertar os horizontes e no desatar – amplíssimos – os gerais pelo teso das cordilheiras, dando aos quadros naturais a encantadora grandeza de perspectivas em que o céu e a terra se fundem em difusão longínqua e surpreendedora de cores... (CUNHA, 1985/1902, p. 107-8)

Portanto, a visão ilude e tampouco ajuda a conhecer. Na impossibilidade de seu desvendamento científico, uma leitura poética do ambiente encontra paralelos insuspeitados com a profecia de Antônio Conselheiro, ao descrever uma das ilusões de ótica que confundiam o observador e falseavam o acesso à realidade. Observando-se o panorama de Monte Santo no alto do morro, o aquecimento desigual da terra criava uma ondulação da atmosfera que fazia com que as montanhas parecessem mover-se como as ondas do mar: “numa enorme expansão dos plainos perturbados, via-se um ondular estonteador; estranho palpitar de vagas longínquas, a ilusão maravilhosa de um seio de mar, largo, irisado, sobre que caísse, e refrangesse, e ressaltasse a luz esparsa em cintilações ofuscantes...” (CUNHA, 1985/1902, p. 113).

O sertão parece, assim, não apenas desconhecido como hostil ao conhecimento, o que aponta para a dificuldade de sua integração à realidade nacional. À medida que os aspectos geográficos aliam-se à história da colonização daquele território, esta ideia ganha nova expressão. Sua excepcionalidade explica, para o escritor, que nele se formasse uma sociedade peculiar, tendo como base étnica os núcleos indígenas. A rigidez de sua geografia, que não favorecia a exploração econômica e a colonização, foi a condição para que, rejeitado pelos demais povoadores, o sertão tenha se tornado o “asilo do tapuia” (CUNHA, 1985/1902, p. 172). Isto teria permitido a formação de uma sociedade original e íntegra do ponto de vista racial e cultural. Embora este argumento pudesse apontar para uma otimista positividade das comunidades sertanejas, não é este o caminho adotado por Euclides da Cunha ao avaliar o significado delas para a nação brasileira: ainda que estoico em sua resistência às agruras do meio, sólido em sua compleição física e fisicamente coerente com sua cultura retrógrada, o homem do sertão é visto como a perfeita imagem do meio físico em que se criou, mas não do tempo em que vivia. Desprovido do movimento da história, o espaço converte-se em aporia.

Desta maneira, o escritor se move em um mundo perdido: os casebres dos sertanejos, por exemplo, “traíam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa” (CUNHA, 1985/1902, p. 233). A lógica descritiva que preside o estudo da geografia do sertão de Canudos repete-se na representação do povoado, a “*urbs* monstruosa de barro”, demonstrando o que seria uma perfeita continuidade entre o meio natural e o meio social. Depois de uma “travessia em que supõe pisar escombros de terremotos, as ondulações mais próximas de Canudos” (CUNHA, 1985/1902, p.108), o viajante chegava a um lugar que “tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto” (CUNHA, 1985/1902, p. 232-3). A negatividade que caracterizara a descrição da geografia do sertão repete-se, também, na descrição do arraial, em um dos trechos mais intensos da obra: confrontados com seus crimes, os soldados da República sentiam-se virtualmente fora do alcance da história. Sendo o sertão um homizio, não haveria punição aos crimes da guerra. Assim se compreende que as montanhas que cercavam Canudos sejam definidas como um “parêntese”, “hiato” ou “vácuo”, já que o arraial “não existia” e dentro dele “ninguém mais pecava” (CUNHA, 1985/1902, p. 538). Longe dos olhos da história, a realidade geográfica inexistia.

Desta forma, mesmo nos momentos em que Euclides da Cunha apela à estrita nomenclatura científica, acaba por mesclar a ela artifícios literários que, ao invés de tornar o espaço do sertão

logicamente compreensível, o tornam literariamente evocativo. A batalha dos elementos que caracteriza os extremos climáticos da região prenuncia a violência e ilustra a excepcional resistência física e moral do sertanejo, pois a tragédia da Guerra de Canudos começa a se delinear a partir de um pano de fundo geográfico que simboliza a perda de referências e o vazio de sentido instaurados ao longo da narrativa. A imaginação dramática cria, assim, uma conceptualização do espaço sertanejo que, escapando à descrição objetiva, atribui a ele significados que condicionam a representação de sua dinâmica histórica e de suas possibilidades de transformação, à luz de uma expressão sensível capaz de conduzir sua incorporação ao imaginário nacional, ainda que em negativo.

A Amazônia, espaço em movimento

Alberto Rangel pode ser considerado um sucedâneo de Euclides da Cunha, de quem herdou o estilo tortuoso e excessivo e a temática da reflexão sobre as condições sociais de apropriação do espaço nacional. Em suas obras sobre a Amazônia, Rangel conduz a extremos dramáticos a condição de superioridade da natureza em relação aos esforços humanos.⁵ O território não pode ser aqui compreendido como um repertório de recursos disponíveis à exploração econômica, e sim como um arsenal de forças ativas e dominadoras que garantem a defesa do meio contra os ataques da civilização. O texto inicial da coletânea *Sombras n'água* sumaria a “rebeldia contra o homem” que caracteriza a ação do meio natural amazônico: são as águas do rio que dissolvem a terra, causando naufrágios e derrubando árvores e casas; são as substâncias letais destiladas por “demônios conjurados” que se escondem traiçoeiramente nas plantas; são os paludes insalubres que fermentam doenças; são os insetos agressivos que se confundem “nas moléculas do ar, que nos sustenta e nos molesta” (RANGEL, 1913, p. 5-6). Este arsenal possui, por outro lado, virtudes insuspeitadas na forma de essências medicinais que caberia à ciência, um dia, revelar.

Naquele momento, no entanto, tínhamos um cenário de tormentos e enganos que, ao contrário do sentido de fixação atribuído ao território no processo de formação nacional, induzia à degenerescência precoce – ao invés de prover e guardar, o espaço amazônico restringia o humano a um papel histórico efêmero e inglório, visível ao longo de cidades fantasmas, ruínas engolidas pela floresta, iniciativas frustradas: “As indústrias expiraram como se até o ar lhes fosse nocivo” (RANGEL, 1913, p. 18). Há um aspecto em particular que radicaliza esta incompatibilidade entre o meio amazônico e o estabelecimento de sociedades: a prevalência da água sobre a terra – o próprio termo “território” revela a incoerência entre a estabilidade social e uma ocupação que se mostrava refém dos movimentos do rio e do ritmo das chuvas, que erodiam as margens e movimentavam matérias orgânicas e minerais: “A etiologia amazonense e paraense caberia num capítulo de hidrografia, num parágrafo de meteorologia. A terra vitima pela água” (RANGEL, 1913, p. 21).

Uma das manifestações disto é a dificuldade de delimitação da propriedade fundiária, que obstava o estabelecimento de uma ocupação sistemática do espaço, levando o escritor a evocar o “venerabilíssimo prestígio de uma ânsia remota, entre nômades, de meter no solo do deserto as raízes vivas da Propriedade, criadora da Pátria e precursora das Civilizações” (RANGEL, 1913, p. 123). Esta instabilidade comunicava-se, na visão de Rangel, às formações sociais: da mesma maneira como, inconscientemente, o indígena nunca teria buscado sedentarizar-se, a corrupção política favorecia-se do que seria sua base natural, a degradação da terra – e, junto com ela, de seus marcos, balizas e limites – pela água.

A fim de não perder os pontos críticos das medidas de discriminação e tombamento no enxurdeiro, o agrimensor tem de ser um geodesta, transplantando-os para a face do céu. Esta terra atoladiça semelha o mar. Para que se determinem definitivamente as posições, é necessário prendê-las às estacas imutáveis dos sóis

no firmamento. Isto não bastará. A propriedade do solo, fundamento da primazia dos estatutos civis, balouçará instável nesse vascojejo de depósitos aluviais recentes, intercorrentemente desnudados e acrescidos; porque tem de acontecer muitas vezes, que as coordenadas obtidas, locadas de novo na tramalhada, um dia precisarão face diversa da que fora objeto da aquisição primeira. O ponto celeste será o mesmo, o aspecto do terreno é que terá mudado. Prospera por isto o viveiro das fraudes insanáveis; a sementeira dos litígios só faz medrar (RANGEL, 1913, p. 24).

Neste “império da morte onde a vida fervilha”, o homem sofre juntamente com a terra (RANGEL, 1913, p. 30). Apesar da resistência da Amazônia contra seus “invasores”, o pavor despertado por sua condição de barbárie natural não a protegera inteiramente e, ao longo de trezentos anos, esta vinha sendo, escreve Rangel, procurada por variados tipos de exploradores, em uma guerra dispersiva, em que cada conquista era provisória. Os personagens dos contos de *Sombras n’água* eram seus soldados e comandantes: seringalistas, imigrantes nordestinos, cacaulistas, trânsfugas bolivianos, aventureiros europeus, religiosos, militares e burocratas, misturados aos antigos povoadores lusos, à dispersa população de origem indígena e seus mestiços. As narrativas do autor exploram os grandes dramas humanos – ciúme, doença, violência, cobiça – potencializados pelo cenário amazônico, onde a instabilidade e a precariedade da atividade econômica somavam-se à inexistência de uma ordem jurídica efetiva que organizasse minimamente as relações sociais.

Embora esta guerra fosse favorecida pelo progresso técnico, não necessariamente este trazia uma vitória definitiva sobre as forças de resistência do meio. O conto “O viking” parte da difícil manutenção da rede de cabos telegráficos subfluviais que proporcionava a comunicação a partir da Amazônia e que era constantemente danificada pelas árvores que tombavam e pelas “terras caídas” – fenômeno da dissolução da terra nas águas do rio. Para facilitar a realização dos reparos constantemente necessários, um barco havia sido enviado da Inglaterra, e com ele técnicos ingleses e marinheiros de origens diversas, além de todos os objetos necessários à manutenção de um padrão mínimo de conforto, inclusive um gramofone. Este conto explora, justamente, o contraste entre aquele “pedaço em vaivém de terra inglesa” e a vida dos desamparados moradores locais: o médico da embarcação, devidamente especializado em doenças tropicais, é chamado a atender uma criança doente; ao final, ele logra salvar a criança, mas não a mãe, desesperada com a morte iminente do filho. A passagem do “triunfo da ciência e da piedade forasteira” por aquelas “paragens de penúria, de riscos, de vertigens” é um capítulo do drama do cruzamento de temporalidades que marca a guerra dos homens contra as forças de resistência da natureza amazônica.⁶

Os esforços dos personagens dos contos de Rangel têm, em sua maior parte, um final inglório, não sendo possível observar, a partir deles, a agregação de significativo valor social ou econômico ao processo de conquista do espaço físico da região. O sucesso individual – como o do falso padre do conto “O evangelho das selvas” e o do avaro de “A ‘panela’ do Serapião” – não diz muito sobre a efetividade dos esforços dos que lá acorriam. Assim, a Amazônia vai sendo explorada, mas não transformada em profundidade, apesar do progressivo enfraquecimento da resistência da natureza. Menos ainda atuam neste sentido os antigos moradores locais, mantidos em seus universos culturais de origem, de maneira que, no “mundo relapso, desordenado e precito de seringueiros”, a presença humana subordina-se aos ritmos da natureza, e mantém-se instável e errática, mera agregação de iniciativas individuais o mais das vezes desprovidas de maior impacto social (RANGEL, 1913, p. 307).

Coerentemente com a imagem do território amazônico esboçada no trecho ensaístico que abre a coletânea, os contos que se seguem narram histórias de frustração, violência, desintegração e errância. As maiores transformações na ocupação do espaço dão-se à custa de processos fraudulentos e sanguinários. A exceção parcial é o caso de um bem-sucedido e honesto imigrante sírio que adquire

uma fazenda de gado para sedentarizar-se, mas que acaba levado à loucura pela nostalgia da terra natal e pelo sentimento de estar dividido entre “a pátria” e “o lar”. Desta forma, os dramas amazônicos de Alberto Rangel possuem um ritmo que evoca a perturbação constante da terra pela água, uma progressiva dissolução que acaba conduzindo a um dramático desabamento. Isto se manifesta até no âmbito institucional, em que a lei é conspurcada pelas sistemáticas e violentas invasões e se multiplica nas trajetórias de seus personagens patéticos, vitimados pela fragilidade das condições de vida em uma terra em movimento.

O interior goiano, espaço em rede

Tropas e Boiadas, de Hugo de Carvalho Ramos, inscreveu o sertão goiano no mapa literário brasileiro. Ao elaborar os cenários que emolduram a narrativa de casos e a observação dos costumes regionais, o escritor privilegiou um aspecto em particular: a vida nômade dos carreiros, boiadeiros e tropeiros que percorriam o sertão, em demanda do comércio mineiro ou do abastecimento das vilas interioranas. Mais do que fazendas, povoados e sítios, o cenário privilegiado dos contos de Carvalho Ramos são estradas, caminhos, atalhos, vendas, pousos e abrigos que conformam redes e pontos de intercâmbio, descrevendo trajetórias e convergências de vidas entrelaçadas pelo acaso. Ainda que o contexto temático da coletânea sejam experiências de homens comuns, em torno de fatos corriqueiros, muitas vezes com viés naturalista, sua elaboração dramática apela com frequência para o bizarro e o sobrenatural – nem que seja para desautorizá-lo, à luz do que seria a superstição ou a predisposição mística do sertanejo. O significado destas histórias não reside, decerto, na intriga que elas conduzem, mas no próprio ato de narrar, reconstituído literariamente – seus personagens partilham o que ouviram e o que viveram ao longo de seus percursos.

Desenhando um espaço definido por deslocamentos, o escritor valoriza as relações estabelecidas a partir das múltiplas intercessões entre os viajantes que percorrem as estradas, os moradores, e o próprio sertão, força autoritária e indiferente ao homem. Em meio a uma natureza excessiva e dramática, capaz de explicar por si só a religiosidade de um povo assombrado pela força dos elementos, a oferta de abrigo doméstico aos viajantes define-se como um dever social. Este pode, entretanto, assumir peculiares consequências, como no bizarro conto em que, em noite de chuva, um viajante pede pouso em uma casa e é recebido pela proprietária com todos os possíveis confortos: ela lhe serve farta feijoada e lhe oferece seu próprio jirau (além de sua companhia). No dia seguinte, com a luz do dia, ele descobre haver pernoitado junto a uma leprosa. Recorde-se ainda o melancólico conto em que um velho vaqueiro deixa pela primeira vez de praticar o costume de receber os forasteiros que passavam pela estrada em frente a sua casa, fato que tem uma única explicação possível: sua morte.

O sertão goiano é também um determinado complexo cultural, e de seus códigos depende o significado das narrativas. Em alguns dos contos da coletânea, como “A bruxa dos Marinheiros”, a lógica dos eventos só pode ser acessada a partir do sentido simbólico atribuído a eles pelos próprios sertanejos. Neste conto, a bela cabocla, proprietária de uma venda à beira da estrada real, desperta sentimentos ambíguos nos homens: se, por um lado, os atraía, por outro provocava medo do que seriam “as feitiçarias e quebrantos em que os traziam envotados o riso e o olhar felino da terrível ensalmadora” (RAMOS, 1950/1917, p. 10). A venda, por onde habitualmente passavam as tropas que vinham de Minas Gerais em busca de pouso e descanso, é observada em dois momentos: no primeiro, narrado em terceira pessoa, um jovem arriero apaixonado aproxima-se da cabocla, mas se despede dela sem saber se a veria novamente apenas dentro de alguns meses, depois de um ano ou nunca mais; no segundo momento, o narrador em primeira pessoa relata sua ocasional passagem pela venda, então abandonada, e é informado que ali dois irmãos, vitimados pela “feitiçaria” da cabocla, haviam

matado um ao outro. Quanto ao destino dela, “decerto, levou-a o Cuca num pé de vento, à hora da meia noite, pela sexta-feira do quarto minguante...” (RAMOS, 1950/1917, p. 14). Os lugares só podem ser vistos na condição de intermitência, entrecortados ao longo da rede de estradas e caminhos que mantêm o observador em contato com realidades diversas, mas de fato incapaz de inteirar-se delas a não ser por meio das narrativas orais que preenchem a distância entre os eventos, fragmentados, e a experiência direta deles – e nada mais saberemos do arriero da primeira parte do conto. No entanto, a narrativa oral não parece confiável, por mesclar-se à imaginação exacerbada do sertanejo.

Decerto, nos contos de Carvalho Ramos, o cruzamento de rotas comerciais faz do sertão goiano um lugar de passagem e de síntese do espaço nacional, em que é possível encontrar referências tanto ao modo de ser do gaúcho, “gente positiva”, quanto a “um tipo robusto e acaboclado de nortense” (RAMOS, 1950/1917, p. 99, p. 14). Ao contrário da imagem da vida no interior como um mundo perdido no imobilismo da tradição, a intensidade dos intercâmbios delineia um modo de vida em que as referências materiais e simbólicas em muito extrapolam o que imaginamos ser a estreiteza da vida rural e provinciana. Em um dos contos da coletânea, descrevem-se as paredes de reboco nu de uma casa:

Pôs-se então a fitar distraído as folhinhas que cobriam a parede, os recortes de jornais com retratos e figuras coladas de alto a baixo, estampas e cromos tirados de peças de morim, abrindo-se em leque no reboco nu; uma senhora Sant’Ana em moldura, duas séries intermináveis de fotografias do papa e grandes anúncios ilustrados do Rio, a forrar todo o espaço acima da mesa (RAMOS, 1950/1917, p. 62).

O sertão encontra, no intercâmbio comercial, sua comunicação com o país e o mundo. Compreende-se, assim, que neste universo a imagem da confiabilidade seja o coronel Pedrinho, tropeiro exemplar, capaz não apenas de transportar pelas estradas afora o fumo e o couro ali produzidos, como também de fazer chegarem ao interior do país produtos industrializados frágeis, como a louça e o vidro, ou perigosos como a dinamite. “E, quando em mãos dos destinatários, não havia então reclamações por vias de uma peça partida, ou fazenda desbotada pela chuva na caminhada dificultosa” (RAMOS, 1950/1917, p. 39). Além da dignidade e do elevado apreço social, quando exercido com perícia o ofício de tropeiro oferecia, segundo o narrador de “Peru de Roda”, a possibilidade de fugir do marasmo da vida dos pequenos povoados e também de escapar à política, atividade desprovida, na obra de Carvalho Ramos, de qualquer possível virtude. O antípoda do tropeiro “independente e sobranceiro” é, no conto, o autoritário coronel fechado em torno de seus asseclas e do arsenal bélico de sua fazenda, de onde fazia o papel de “braço direito dos chefões estaduais”. Enquanto o primeiro, ao lançar-se ao mundo, demonstrava sua dignidade pessoal, seu compromisso com o trabalho e uma ação agregadora, o segundo concentrava um poder discricionário e brutal, exercendo uma influência destrutiva e socialmente dispersiva: “quando ia à cidade, os babaquaras da terra interrompiam a palestra e safavam-se pelos cantos, ao assomar na esquina o seu vulto apessoado de anta brava” (RAMOS, 1950/1917, p. 45).

Em “Gente da gleba”, novela que encerra *Tropas e boiadas*, o escritor exercita a tarefa etnográfica tão comum nas obras regionalistas, incorporando um repertório informativo que abarca as festas religiosas, os cantos populares, as manifestações folclóricas. No entanto, apesar de possuir um centro geográfico, a fazenda do Coronel, a intriga é movimentada pela narração das viagens do protagonista Benedito dos Dourados pelas estradas goianas – onde, como em outros contos do livro, cenas triviais são tomadas pela mente supersticiosa do sertanejo como aparições fantasmagóricas. Ao contrário de outros trabalhadores, presos à fazenda por dívidas desonestamente arrançadas pelo patrão, que

perpetuavam as práticas do regime escravocrata, Dito era “livre e movia-se para onde bem queria, prendendo-o apenas àqueles lugares o hábito da meninice e a sua gratidão para com os donos da fazenda [...]” (RAMOS, 1950/1917, p. 81).

Esta liberdade, tolhida dos demais, somava-se à virtude da lealdade e do respeito ao patrão, de maneira que a ele eram atribuídos trabalhos como o transporte das cargas anuais de açúcar e café ao mercado e o temeroso auxílio aos boiadeiros na condução de um rebanho pelo rio Paranaíba, divisa com Minas Gerais. Nesta condição, coube a ele também a inglória perseguição a um negro fugitivo. No cumprimento de tal tarefa, o mestiço “viajava por longes terras”, percorrendo um itinerário que ia se fazendo a partir das informações, às vezes contraditórias, que recebia pelo caminho. Se o sertão era, como diz o próprio personagem, “escola do mundo”, Benedito se mostrava portador de uma singular sabedoria, que não o livrava do misticismo, mas permitia a ele reconhecer a injustiça de que eram vítimas os demais trabalhadores e demonstrar remorso por haver cumprido a função extemporânea de “capitão do mato”. No entanto, de caçador ele se torna caça, e de herói converte-se em mártir. Novamente, a antítese do homem afeito à cooperação e à sociabilidade das estradas é o político, em seu desprezo pelo povo.

Tropas e boiadas demonstra, assim, um peculiar fascínio pelo universo nômade dos que conduziam riquezas pelos caminhos sertanejos, ainda que não se furte a julgar seus personagens como homens supersticiosos, impressionáveis, vítimas da grandiosidade dramática da natureza goiana. Na vida incerta dos viajantes, os encontros são muitas vezes fortuitos: as trajetórias se cruzam em determinado ponto fixo, mas em seguida tomam rumos próprios, imprevisíveis. Estes pontos de intercessão não apenas criam histórias a partir de embates e alianças, mas também abrem a possibilidade do intercâmbio de narrativas produzidas em circunstâncias diversas, que multiplicam as perspectivas de conhecimento do mundo para além dos lugares vividos. O dinamismo do sertão essencialmente mercantil observado pelo escritor faz dele um espaço feito de percursos, uma rede formada pelas precárias vias de integração do território, particularmente suscetíveis a esconder perigos, a despertar o medo e a provocar a imaginação.

O pampa, espaço-tempo

Um dos temas mais recorrentes da literatura regionalista é a saudade do mundo rural, paraíso perdido da infância e da pureza original do povo, guardião da identidade nacional – este discurso romântico foi retomado inúmeras vezes pelo regionalismo, que assim se apresentava como um projeto de “resgate” das raízes culturais brasileiras. Poucas vezes, entretanto, a literatura regionalista brasileira foi exatamente fiel a esta nostalgia das origens, uma vez que o registro realista a direcionava à observação dos costumes e das agruras do homem pobre do campo em sua luta desarmada contra os elementos, assim como ao registro da violência como solução habitual no encaminhamento dos conflitos em comunidades ainda à margem da ordem estatal. A literatura regionalista gaúcha não foge a isto, mas ao mesmo tempo é o melhor exemplo, no caso brasileiro, de culto nostálgico do passado como forma de comunicação com a tradição e de assimilação das transformações modernas.

Nos contos regionais gauchescos, o senso geográfico ocupa um espaço privilegiado, mobilizando um léxico peculiar e reiterativo: pampa, coxilha, rincão, querência, pago, estância, campanha – termos intercambiantes que assumem o sentido da origem individual e do pertencimento social. Ainda que participante de um projeto regionalista de âmbito nacional, essa literatura assume significativa originalidade no contexto brasileiro, sobretudo porque nela a construção do espaço é condicionada por seu diálogo com o tempo: o pampa é tanto um lugar quanto uma determinada percepção da temporalidade. Esta construção de um espaço-tempo simbólico perpassa os contos de *No galpão*, de Darcy Azambuja (1925), uma das obras emblemáticas da tradição literária gauchesca. Trata-se de uma

coletânea publicada em 1925, que assume especial interesse por promover a consolidação dos temas privilegiados pelo gênero no Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, o livro de Azambuja possui uma peculiar inflexão histórica: sua escrita é marcada pelo que seria a presentificação do passado gauchesco, uma vez que ela testemunha a Revolução Assisista de 1923⁷, uma revivescência das guerras de antanho, manifestação tardia do propalado instinto bélico do gaúcho. A partir daí, podemos compreender que a construção da espacialidade na obra seja condicionada por sua inscrição no tempo, o que aprofunda o vínculo do sujeito com a sua terra de origem. Muito além do determinismo do meio e da anotação da experiência local está a criação de um lugar primordial, localizado no passado e no pampa. O espaço gauchesco é, assim, significado a partir de um tempo revivido como história ou como memória.

No campo da memória estão as lendas, as histórias transmitidas oralmente, que vão sendo vertidas em linguagem literária, as lembranças da infância e da juventude, a experiência comunicada pelos velhos. O próprio título da obra, *No Galpão*, faz referência à narratividade, já que os galpões eram, nas antigas estâncias de gado, lugares por excelência das reuniões de peões (e patrões), para intercâmbio e difusão dos fatos vividos. O primeiro conto da coletânea faz apelo a uma personagem similar ao velho Firmo do conto de Coelho Neto: uma velha que conta histórias e lendas, como as do graxaim e do gambá, da princesa moura e do Negrinho do Pastoreio. Incorporados ao legado narrativo oral, a histórias contadas pelos peões no galpão, mais comumente lembranças da guerra e das lides campeiras, compunham um substrato comum, fundado em peripécias, aventuras e audácia combativa. O espaço físico do pampa ia sendo invadido pelos personagens de lendas e casos, em um tempo mítico sempre atualizado, que mantém a comunicação do povo com sua tradição. Também nesta temporalidade cíclica localizam-se os eventos históricos, igualmente passíveis de atualização:

E então as coxilhas, lá fora sob o luar, animavam-se para a imaginação dos que ouviam histórias na varanda e dos que ouviam casos no galpão. Todo o campo povoava-se de bichos que falavam e tinham as astúcias dos homens. Pela treva das sangas combatiam cavaleiros cristãos e cavaleiros mouros. Ouvia-se o tropel do Negrinho do Pastoreio repontando sua tropilha; a Boitatá rabeava em chamas azuis sobre as macegas e o curupira ladino e pitador pedia fumo aos caminhantes. Pelo dorso das coxilhas relampejavam espadas, despenhavam-se “cargas”, estropiam rumores de entreveros e batalhas (AZAMBUJA, 1955/1925, p. 20).

A representação do pampa mescla-se a este trabalho de rememoração do passado coletivo à medida que o patrimônio narrativo acumulado ao longo das guerras civis e das lutas de fronteira confunde-se com os relatos do vivido, que vão sendo incorporados à trama dos “casos” e entretecidos com as lendas. Estas narrativas não obedecem à lógica do tempo sucessivo, mas à do tempo reversível do mito. A atualização do passado operada pela Revolução Assisista de 1923 reitera esta operação, ao fazer com que o presente seja remetido à Revolução Federalista (1893-1895): “Diz que foi logo depois do combate do Cerro... Hein? Não, senhor. Que noventa e três! Foi na de agora!” De fato, a despeito do peso da história na literatura regionalista gaúcha, não é sob a ótica dos eventos que ela é compreendida, mas como uma continuidade garantida pelos traços genéticos que transmitiriam, ao longo do tempo, o desejo de combate, aparentemente autônomo em relação a suas motivações. A hereditariedade é o veículo que transmite o passado ao presente, ao identificar o que seria uma *vocação* regional, satisfeita, nos períodos de paz, pelo trabalho no campo e por atividades como o contrabando, “derivando para aquele comércio perigosíssimo a bravura e o estoicismo da raça, vindos de longe, do passado guerreiro, aceso outrora nas lutas que haviam feito vibrar o imenso arco da fronteira, distenso do Iguaçu ao Chuí, nos vaivens incertos das guerras e revoluções” (AZAMBUJA, 1955/1925, p. 29).

Em parte, a continuidade da tradição gauchesca que delimita o pampa pode ser atribuída à história das guerras, tidas como expressão do espírito popular e frequentemente expostas como um *continuum* em que se sucedem embates variados que obedecem a um único impulso bélico fundamental – o que muitas vezes acaba por esvaziar seu significado histórico, político ou ideológico. Por outro lado, à medida que as antigas elites estancieiras do sul do Estado perdem sua hegemonia política, o pampa converte-se na dimensão geográfica de um complexo cultural em decadência no qual são identificadas as marcas da identidade regional, o que enraíza nos contos um sentimento nostálgico em relação a uma “idade do ouro” perdida, uma espécie de “tempo dos heróis”. Ainda que se viva o contemporâneo, a literatura recusa-se a atribuir a ele um sentido próprio, mantendo-o como sombra, como retorno ou conspiração do que um dia teria sido um lugar e um tempo referenciais, plenos de significado.

O conto “Velhos tempos” é a melhor tradução do que é, no regionalismo gaúcho, a impossibilidade de destacar do espaço o elemento tempo, já que é no passado que se localiza o “verdadeiro” pampa, cuja mudança – lida como degradação – é observada pelo olhar nostálgico de um velho. As transformações na organização do território são recusadas, à medida que a delimitação das propriedades desfigurava-o, “matando-lhe a alma imensa, que era a vertigem da extensão desmarcada” (AZAMBUJA, 1955/1925, p. 81). Ao negar a renovação produtiva e tecnológica, só resta ao protagonista reviver o passado, apelando à memória das guerras, e abandonar o pago, repellido pela “vida nova”. A quebra da linha de continuidade que o unia a seus ancestrais parecia inevitável até que eclode a Revolução Assisista, que tem o poder de promover um retorno ao tempo das guerras e, assim, ao espaço geográfico de referência, o pampa ilimitado, que parecia estar sendo reconstituído à medida que avançava a ação aniquiladora dos combates, derrubando cercas, arrasando a produção. A tônica da nova guerra será a retomada da continuidade histórica, “atando um novo elo à cadeia de lutas que se fizera tradição da raça” (AZAMBUJA, 1955/1925, p. 91)

E morrendo, numa última visão, sintetizou os pagos todos, vendo-os como os vira outrora, há muitos anos: tudo aberto, escampo, e o solar feito baluarte estrondajante de descargas em meio à campanha em guerra...

E o duro lutador ainda murmurou: – “Agora sim...” Agora sim os seus pagos tinham revivido (AZAMBUJA, 1955/1925, p. 94).

Paradoxalmente, a “destruição do labor de tantos anos” é traduzida como reconstituição e reencontro: a guerra soma, constrói, reabilita, enquanto os tempos de paz que trouxeram a renovação produtiva haviam deformado o mundo perfeito da origem. Se o espaço mantinha-se inalterado ou reproduzia a velha ordem, tornava-se um equivalente da memória e materializava a experiência: “à medida que passavam, a trote, na estrada, a sua memória ia revivendo fatos e incidentes, singularizando e dando relevo às inúmeras cousas e lugares perdidos na distensão igual e interminável dos campos” (AZAMBUJA, 1955/1925, p. 94).

Assim, a transformação do meio físico implicava na perda do sentido de continuidade temporal que colava o pampa ao ciclo histórico-memorialístico-lendário das guerras, ao qual se prende o próprio sentido da identidade individual e social gaúcha. A Revolução Assisista marcava, assim, a subversão do sentido linear do tempo, reinscrevendo o antigo no novo e restaurando o território original dentro do mundo moderno. Criava-se aí não tanto um espaço regional específico quanto um repertório simbólico que podia ser retomado através da evocação da memória ou da repetição da história. A identificação com o território depende, assim, de suspender a lógica dos eventos sucessivos, ainda que provisoriamente, para permitir a presentificação do passado no espaço-tempo do pampa.

A breve leitura das cinco obras escolhidas demonstra que a imaginação espacial foi um componente privilegiado da literatura regionalista brasileira. As narrativas que emergem daí são

perpassadas por sentimentos de perturbação, de desconforto e de espanto, mas também por um afeto acanhado, dividido entre a necessidade de compreender (o “concebido”, nos termos de Lefebvre) e os “espaços de representação” criados através do imaginário e do simbólico (o “vivido”), gerando um campo singular na expressão cultural da nacionalidade. Ao voltar-se para o interior do país, a escrita do espaço renuncia às noções de passividade, fixidez e concretude associadas ao conceito convencional do território, sua expressão sociopolítica: base física, inventário de recursos, plataforma sobre a qual se torna possível construir uma nação. Pelo contrário, a literatura cria imagens do dinamismo, do poder de ação, da instabilidade, do aspecto relacional e temporal do espaço, subjetivado pelas percepções dissonantes que nascem de suas várias possibilidades de abordagem cognitiva, ideológica e simbólica. Transcendendo o campo descritivo, comumente associado a sua representação pela literatura, a espacialidade extrapola a evocação sensorial dos cenários e se insinua nas reflexões dos narradores, na dinâmica entre os personagens, na intriga, na percepção do tempo, no ritmo do texto, participando da significação das regiões no conjunto da cultura nacional. O que temos aí é um espaço que vai sendo construído à medida que é apropriado como uma realidade sensível, um elemento plástico, multiforme, imaginado a partir de conhecimentos prévios e de predisposições gerais inscritas no repertório literário e científico, na imaginação poética e na memória social.

Brazilian literary geography: the writing of the national space in the First Republic

ABSTRACT:

The present article analyses the representation of the Brazilian space in the literature of the First Republic (1889-1930). It focuses on books published between 1896 and 1925 and it attempts to understand the way the Brazilian regions were, cognitively and symbolically, appropriated. The essay advocates that regional literary production had a high sense of space, thematized according to complex meanings that demonstrate its plastic, subjective and dynamic character.

Keywords: Spatiality. Nationalism. Brazilian Literature. Brazilian Literary.

Notas explicativas

* Professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹ Albuquerque (1917). Todas as citações literais feitas ao longo do texto tiveram sua ortografia atualizada; variantes, mesmo em desuso, foram mantidas conforme o texto original.

² Frequentemente citado pelos escritores regionalistas brasileiros, Coelho Neto foi uma das principais referências do gênero no país. No entanto, atualmente a influência exercida por ele é pouco reconhecida. Além de *Sertão*, dentro da temática regional ele escreveu também as coletâneas de contos *Treva* (1905), *Banzo* (1912) e o romance *Rei negro* (1914).

³ Crítica feita pelo personagem Rui Vaz (Aluísio Azevedo) às pretensões intelectuais de Coelho Neto no livro autobiográfico *A Conquista* (COELHO NETO, 1899, p. 394-5).

⁴ Para uma análise mais aprofundada do discurso geográfico n’*Os sertões*, ver Murari, 2007, capítulo 1.

⁵ Optamos aqui por analisar apenas *Sombras n’água*, mas Alberto Rangel também escreveu sobre a Amazônia seu livro de estreia, *Inferno Verde*, publicado em 1908. Este livro foi prefaciado por Euclides da Cunha, que vinha de uma experiência na região, e sobre ela escreveu textos incluídos nas coletâneas *À margem da história e Contrastes e confrontos*. Sobre o tema da derrota do homem pela natureza ver Murari, 2009, capítulo 2.

⁶ Sobre a relação entre estes cruzamentos de temporalidades distintas e a percepção da modernidade brasileira pela literatura, ver Hardman, 1992.

⁷ Movimento bélico promovido pelos partidários de Assis Brasil, contrários à reeleição de Borges de Medeiros como presidente do Estado. Foi encerrado oficialmente pelo Pacto de Pedras Altas, em dezembro de 1923.

Referências

- ALBUQUERQUE, Medeiros e. Cronica Literaria. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 1877, 11 de março de 1917, p. 2.
- AZAMBUJA, Darcy. *No galpão*. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1955 (1. ed. 1925).
- BROCA, Brito. Coelho Neto, romancista. In: COELHO NETO. *Coelho Neto*: obra seleta. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. p. 3-26.
- COELHO NETTO. *A conquista*. 5. ed. Porto: Lello e Irmão, 19--. 1. ed. 1899.
- _____. *Sertão*. 4. ed. Porto: Chardron, 19--. 1. ed. 1896.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: _____. *Microfísica do poder*. 12. ed. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 153-165.
- HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305.
- KOSELLECK, Reinhart. Espacio e historia. In: _____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Tradução Daniel Innerarity. Barcelona: Paidós, ICE de La Universidad Autónoma de Barcelona, 2001. p. 93-111.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Tradução Donald Nicholson-Smith. Malden (EUA): Blackwell, 1991.
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço. *Uma nova política da espacialidade*. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica*. Ciência e nacionalidade no país d'Os sertões. Belo Horizonte: Fapemig, São Paulo: Annablumme, 2007.
- MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular; Unesp, 2009. p. 17-35.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. Tropas e boiadas. In: _____. *Obra Completa*. São Paulo: Panorama, 1950. v. 1. 1. ed. 1917.
- RANGEL, Alberto. *Sombras n'água: vida e paisagens do Brasil equatorial*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1913.
- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1994. 1. ed. 1907.
- SAID, Edward. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- THIESSE, Anne-Marie. No coração do regionalismo: a definição da cultura popular. Tradução Luciana Murari. *Antares, letras e humanidades*, n. 4, jul/dez 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewArticle/563>. Acesso em 16 set. 2013.

Recebido em: 11 de outubro de 2013

Aprovado em: 17 de fevereiro de 2014